

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

1. Principais Informações Financeiras – Posição consolidada
1.1. Indicadores

	2010	2009
	%	%
ROE sobre o patrimônio líquido médio	12,7	12,8
Índice de eficiência	33,6	31,7
Índice de Basileia	13,7	12,4

1.2. Desempenho

	2010	2009	Varição
	R\$ mil	R\$ mil	%
Resultado bruto da intermediação financeira antes da provisão para perdas com crédito (a)	2.951.400	2.833.199	4,2
Provisão para perdas com crédito (b)	870.230	766.778	13,5
Resultado bruto de intermediação financeira (a - b)	2.081.170	2.066.421	0,7
Receitas de prestação de serviços	560.946	325.728	72,2
Resultado operacional	929.946	730.139	27,4
Despesas administrativas/pessoal	1.031.708	719.994	43,3
Lucro líquido	477.518	400.472	19,2
Total de ativos	99.415.503	88.844.746	11,9
Operações de crédito (inclui ACC/ACE e outras)	46.698.921	38.087.037	22,6
Pessoas jurídicas	16.611.309	15.716.714	5,7
Pessoas físicas	30.087.612	22.370.323	34,5
Avais e fianças prestados	9.645.369	10.525.547	(8,4)
Recursos captados	62.700.775	50.138.628	25,1
Total de depósitos	24.239.282	23.825.757	1,7
Outros recursos	38.461.059	26.312.871	46,2
Patrimônio líquido	8.038.943	6.464.097	24,4
Patrimônio de referência	11.215.500	7.637.579	46,8
Recursos administrados	25.322.241	19.677.306	28,7
Número de funcionários	7.084	5.225	35,6

2. Economia Brasileira

O Brasil cresce vigorosamente na primeira metade deste ano. O PIB do semestre registrará crescimento em torno de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior, com dois cenários distintos entre o primeiro e o segundo trimestres. O maior responsável foi o comportamento da demanda doméstica, impulsionando o crescimento da atividade, uma vez que as economias mais desenvolvidas seguem em dificuldades. Ainda assim, o país tem pela frente um cenário auspicioso de estabilidade macroeconômica, demanda aquecida e de grandes projetos de investimentos que precisam ser executados. O ano de 2010 caminha para fechar com crescimento superior a 7% e apontando boas perspectivas para os próximos anos em relação ao histórico recente.

O comportamento da economia esteve muito influenciado pela política fiscal anticíclica exercida pelo governo. Observou-se, no primeiro trimestre deste ano, o efeito bastante importante da desoneração tributária sobre bens de consumo duráveis, quando as famílias ampliaram o consumo destes bens, aproveitando a redução dos preços. Paralelamente, os bancos públicos mantiveram elevada sua concessão de crédito e os bancos privados, com maior confiança no cenário econômico, também retornaram com maior ímpeto neste mercado, depois de terem se retraído durante a crise de 2008 e 2009.

Já no segundo trimestre de 2010, com a retirada da maior parte dos estímulos fiscais, a economia desacelerou-se, uma vez que as famílias consumiram menos, levando as empresas a se adequarem ao novo ritmo da demanda. A produção industrial média saiu de um crescimento de 3,0% no primeiro trimestre deste ano em relação ao anterior para um crescimento de 1,4%, no segundo. As vendas no varejo, na mesma comparação, passaram de um crescimento de 2,9% para 2,4%. Contudo, os fundamentos da demanda doméstica, como emprego, renda, crédito e confiança, sugerem nova aceleração do PIB na segunda metade do ano.

O que se observou ao longo do semestre foi que o mercado de trabalho se manteve aquecido, com a taxa de desemprego nas mínimas históricas, na série mensal livre de sazonalidade, chegando a ficar até mesmo abaixo de 7%, momentaneamente. A partir daí, o trabalhador conseguiu obter aumentos reais de renda, de forma que a massa salarial cresceu 5,3% no primeiro semestre, valor que deverá aumentar ainda mais até o final do ano, dado o cenário que se apresenta.

Este contexto também esteve refletido nas pesquisas de confiança dos agentes, que são feitas pela FGV, entre outros institutos. O índice de confiança do consumidor (ICC) chegou próximo das máximas da série, sinalizando continuidade da demanda aquecida, e o índice de confiança da indústria (ICI) retomou rapidamente o elevado nível em que estava antes da crise, estabilizando-se, então, e apontando para o aumento da produção do setor e de novos investimentos.

Juntamente com a reversão das desonerações tributárias, o Banco Central do Brasil também procurou ajudar a dosar o ritmo de crescimento do país, que parecia exagerado nos primeiros meses do ano, e poderia pressionar a inflação. Iniciou, então, um novo ciclo de aperto monetário em abril, levando a Selic para 10,25% ao final do período, ou 1,5 ponto percentual acima do patamar em que estava no final de 2009. Além disso, reverteu boa parte das medidas, adotadas durante a crise, sobre os depósitos compulsórios dos bancos, visando diminuir um pouco a liquidez do sistema financeiro.

Os índices de inflação, de fato, estiveram elevados no começo do ano, por causa das pesadas chuvas do período, afetando os produtos alimentícios, e alguns preços administrados tiveram reajustes altos. O IPCA acumulou em 12 meses subiu de 4,3% em dezembro do ano passado para 5,3% em abril. Porém, antes do final do semestre este cenário já havia se revertido, e o índice fechou o semestre em 4,8%, dada a reversão dos fatores pontuais que estavam pressionados anteriormente. Em junho, o IPCA registrou variação igual a zero.

Os investidores estrangeiros, contudo, mantiveram sua confiança na boa política econômica que tem sido implementada no Brasil há vários anos. Na busca de rentabilidade e ambientes com perspectiva de crescimento, dada a situação ainda complicada nas principais economias mundiais, continuaram alocando elevadas somas de recursos no país, seja em investimentos diretos ou em portfólio. A taxa de câmbio, portanto, continuou recebendo uma pressão de valorização, por esse lado. Mas ela foi compensada pelo aumento do déficit em transações correntes, que passou de 1,5% do PIB em 12 meses em dezembro de 2009 para 2,1% em junho, e pela atuação do BC no mercado de moedas, que elevou as reservas internacionais em US\$ 14,1 bilhões, atingindo US\$ 253,1 bilhões, ao final do período. O Real terminou o semestre com uma pequena desvalorização de 3,5%, a R\$ 1,80 por dólar.

Com relação às contas públicas, a recuperação econômica favoreceu a arrecadação do governo que pôde manter seus gastos ainda elevados. O superávit primário do setor público ficou praticamente estável no final de junho em relação ao final do ano passado, em 2,1% do PIB, e a dívida líquida teve pequena diminuição, por causa do crescimento da economia, passando de 42,8% do PIB para 41,4%, refletindo a condição sólida em que se tem mantido o Estado brasileiro.

3. Setor bancário

Em 2010, o mercado de capitais primário movimentou R\$ 49,2 bilhões em operações de renda fixa e variável, registrando um acréscimo de 7,72% em relação ao volume observado no mesmo período do ano anterior, com destaque para as operações de renda fixa que registraram um aumento de 70% em comparação ao volume registrado no 1º semestre de 2009. Destacam-se as operações de Debêntures que tiveram um aumento de 129% no período e FIDCs com aumento de 47%.

Com relação à renda variável, o primeiro semestre de 2010 acumulou um volume de R\$ 14,4 bilhões em ofertas primárias e secundárias, representando um aumento de 26,9% em relação ao primeiro semestre de 2009. O destaque ficou para as ofertas de ações do setor de construção civil, que somaram R\$ 5,2 bilhões e tiveram participação de 36,4% sobre o total das ofertas.

No segmento de renda fixa, o destaque do período foram as captações via Instrução CVM 476/09, que dispensa o registro de ofertas públicas com R\$ 20,5 bilhões, que atingiram R\$ 19,3 bilhões ou o equivalente a 39,2% do total e as emissões de Debêntures, que chegaram a R\$ 26,0 bilhões, um aumento de 129% em relação ao mesmo período do ano anterior. Praticamente 62% das emissões de debêntures destinaram-se a refinanciamento de passivos das empresas. O prazo médio das operações no 1º semestre foi de 5 anos, sem considerar as emissões de empresas de leasing.

Neste primeiro semestre de 2010, as captações externas de renda fixa apresentaram expressivo aumento de 154% (até maio) em relação ao mesmo período de 2009, com destaque para as operações de bônus e “medium term notes”, que responderam por 100% do montante total ofertado no exterior. O destaque ficou com as emissões de bancos, que representaram 60%, enquanto as emissões de empresas representaram 34,2% do total de emissões.

Com relação à indústria de fundos de investimentos, vale mencionar que houve uma captação líquida de R\$ 39,2 bilhões no 1º semestre de 2010, sendo que os fundos de renda fixa e renda variável tiveram captação líquida (depósitos menos resgates) de R\$ 26,4 bilhões e R\$ 2,7 bilhões respectivamente neste período. O patrimônio líquido total, ao fim de maio de 2010, somava R\$ 1,5 trilhão, representando crescimento de 5,9% em comparação ao R\$ 1,4 trilhão registrado em dezembro de 2009, sendo que os fundos de renda fixa e DI representam 41,35% deste total.

4. Desempenho financeiro
4.1. Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim atua no atacado, varejo, tesouraria e gestão de recursos. No Exterior, tem subsidiária e agência em Nassau, além de escritório em Londres e corretora em Nova York.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Essas áreas de atuação se concentram em financiamento ao consumidor, produtos de banco de investimento e de tesouraria para clientes corporativos, administração de recursos e corretagem.

O Banco Votorantim terminou o 1º semestre de 2010 em 6º lugar no ranking de originação de renda fixa - longo prazo. Já no ranking distribuição de renda fixa, o Banco Votorantim ocupa a 5ª lugar no ranking consolidado, sendo o 1º lugar na categoria de distribuição de Certificados Recebíveis de Imobiliários, refletindo a excelente performance de atuação neste segmento. O Banco Votorantim coordenou 12 emissões no 1º semestre de 2010, totalizando um volume de R\$ 7,2 bilhões, com destaque para operações de Debêntures, Notas Promissórias, FIDCs e CRIs.

Já no mercado internacional de capitais, o Banco Votorantim atuou na coordenação de emissões de títulos de bancos brasileiros, coordenando a colocação de US\$ 2,2 bilhões, terminando o semestre em 8º lugar no ranking da Anbima.

Em renda variável, o Banco Votorantim vem atuando de forma ativa na originação de serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com o sucesso das ofertas, a Votorantim Corretora CTVM Ltda. vem executando com excelência o processo de distribuição devido ao amplo acesso aos vários grupos de investidores. Adicionalmente, a Votorantim Corretora possui área de pesquisa (“research”) que faz a análise independente de várias empresas inseridas em diversos setores da economia. Nesse contexto, o Banco Votorantim participou de 4 operações de renda variável durante o primeiro semestre 2010, representando cerca de 30,7% do número de operações do mercado no referido período. Destacamos no semestre a atuação do Banco Votorantim como um dos coordenadores líderes da emissão de ações (“follow-on”) da incorporadora Gaíssa S.A. no montante de cerca de R\$ 1 bilhão. O Banco Votorantim encerrou o 1º semestre, no ranking de originação Anbima – Valor, na 11ª posição no mercado doméstico e 3ª posição no mercado externo.

No primeiro semestre de 2010, a área de Fusões e Aquisições do Banco Votorantim assessorou empresas de diversos setores, notadamente infra estrutura, energia renovável, portos, açúcar e álcool, *real estate* e varejo. Os trabalhos deste período resultaram no significativo avanço das operações existentes, além da prospecção de importantes novos mandatos nestes e em outros setores.

No 1º semestre de 2010, o Banco Votorantim registrou lucro líquido de R\$ 477,5 milhões e rentabilidade anualizada de 12,7% sobre o patrimônio líquido médio. O resultado ficou 19,2% maior do que o registrado no 1º semestre de 2009.

Os ativos totais alcançaram R\$ 99,4 bilhões, com acréscimo de 11,9% em relação ao semestre de 2009. Destacamos a evolução da carteira consolidada de operações de crédito, que teve crescimento de 22,6% nos últimos 12 meses, totalizando R\$ 46,7 bilhões, excluindo-se avais e fianças prestados, os quais somaram R\$ 9,6 bilhões no encerramento do semestre. Vale ressaltar os avanços no segmento de pessoas físicas, com crescimento de 34,5%, tendo a carteira atingido o montante de R\$ 30,1 bilhões no semestre.

O resultado bruto de intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa teve um crescimento de 4,2% no semestre, passando de R\$ 2,8 bilhões em 2009 para R\$ 2,9 bilhões em 2010. A receita de prestação de serviços apresentou elevação de 72,2%, encerrando o semestre com R\$ 560,9 milhões, ante os R\$ 325,7 milhões apresentados em 2009.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa cresceram 13,5%. Em junho de 2010, as operações de crédito classificadas entre AA e C representavam 95,3% da carteira, ante os 95,1% registrados no mesmo período de 2009.

O patrimônio líquido apresentou crescimento de R\$ 6,4 bilhões em junho de 2009 para R\$ 8,0 bilhões. Em setembro de 2009, houve o fechamento da parceria entre Grupo Votorantim e Banco do Brasil, que já havia sido anunciada ao mercado em janeiro de 2009. A operação de compra de 50% do capital total do Banco Votorantim por parte do Banco do Brasil foi finalizada em março de 2010, com uma injeção de capital de R\$ 450 milhões. O patrimônio líquido de referência alcançou R\$ 11,2 bilhões, ante os R\$ 7,6 bilhões registrados em 2009.

As despesas administrativas e de pessoal foram incrementadas em 43,3%, variando de R\$ 719,9 milhões para R\$ 1,0 bilhão, tendo o índice de eficiência passado de 31,7% para 33,6%. O número de funcionários evoluiu de 5.225 para 7.084, representando crescimento de 35,6%. Tanto o aumento do número de colaboradores quanto o das despesas administrativas têm correlação com a forte expansão da BV Financeira, com o aprimoramento da estrutura de governança do banco e com nossa expectativa de amplo desenvolvimento futuro.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada exercício, deduzido da reserva legal. Desta forma, a Administração propõe a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 112,8 milhões, sobre o lucro do período, o qual está refletido nas demonstrações contábeis.

4.2. BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

A BV Financeira, focada principalmente na concessão de operações de crédito nas modalidades de crédito pessoal e de financiamento de veículos, apresentou evolução na carteira, passando de R\$ 19,0 bilhões em 2009 para R\$ 25,8 bilhões em 2010. Ao final do período, o patrimônio líquido atingiu R\$ 1,1 bilhão (R\$ 755,0 milhões em 2009) e o Lucro Líquido de R\$ 241,5 milhões (R\$ 93,5 milhões em 2009).

4.3. BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

A BV Leasing, focada principalmente na concessão de operações de arrendamento a pessoas físicas no segmento de veículos, apresentou evolução na carteira, passando de R\$ 2,5 bilhões em 2009 para R\$ 4,4 bilhões em 2010. Ao final do semestre, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1,3 bilhão (R\$ 1,3 bilhão em 2009).

4.4. Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A Votorantim Corretora encerrou o semestre de 2010 com patrimônio líquido de R\$ 246,0 milhões (R\$ 233,7 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 5,5 milhões (R\$ 10,5 milhões em 2009). As rendas de corretagem de operações em Bolsa totalizaram R\$ 14,0 milhões (R\$ 15,4 milhões em 2009) no semestre.

4.5. Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A Votorantim Asset encerrou o semestre com patrimônio líquido de R\$ 49,4 milhões (R\$ 27,2 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 14,0 milhões (R\$ 8,3 milhões em 2009). As rendas de cobrança de taxas de administração e de performance dos fundos de investimento administrados totalizaram R\$ 50,4 milhões no semestre (R\$ 39,0 milhões em 2009). O volume de recursos administrados alcançou R\$ 25,3 bilhões, com acréscimo de 28,7% em relação ao semestre de 2009.

5. Agências de Rating

Evolução dos principais *ratings* do Banco Votorantim:

Agência		2010	2009	2008	2007
Fitch Rating	IDR longo prazo em ME	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
	IDR longo prazo em ML	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
	Rating Nacional de Longo Prazo	AA+	AA+	AA+	AA+
S&P	Escala global de rating ME	BB+/Estável	BB+/Estável	BB+/Estável	BB+/Estável
	Escala global de rating ML	BB+/Estável	BB+/Estável	BB+/Estável	BB+/Estável
	Brazil National Scale Rating	BrAA+/Estável	BrAA+/Estável	BrAA+/Estável	BrAA+/Estável
Moody's	Depósitos longo prazo em ME	Baa3	Baa3	Ba2	Ba2
	Depósitos em escala nacional	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br
	Dívida de Longo Prazo em ME	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3
	Força Financeira	C-	C-	C-	C-

ME – Moeda Estrangeira

ML – Moeda Local

6. Prêmios e Certificações

Em 2010, o Banco Votorantim e suas controladas foram premiados pelo mercado em diversas categorias, sempre reforçando sua capacidade de Gestão de Ativos e de Pessoas. As políticas internas de gestão de pessoas garantem, além do resultado da empresa, colaboradores satisfeitos, realizados e engajados.

O desempenho da área de Recursos Humanos das empresas do Banco Votorantim foi reconhecido mais uma vez. Estamos entre os 50 RHs mais Admirados do Brasil, de acordo com a pesquisa promovida pela Gestão & RH Editora. A lista dos 50 RHs mais Admirados é resultado de uma votação entre os profissionais da área das empresas que figuram na lista das 1.000 Melhores e Maiores Empresas por faturamento (critério Exame) e/ou das empresas listadas entre as Melhores Empresas para Trabalhar, das Revistas Você S/A e Época, bem como os RHs das 100 Melhores PMES (Exame/Deloitte).

O Banco Votorantim, por meio da sua controlada Votorantim Asset Management (VAM) também teve sua excelência reconhecida pelo mercado. A VAM recebeu o prêmio “Top Gestão 2010 – Renda Variável” no qual foi eleita a melhor gestora em Renda Variável, na categoria “As Focadas”. A premiação foi elaborada pela Revista Valor Investe em parceria com a Standard & Poor's, na edição de abril de 2010. Este prêmio leva em conta dois grupos de gestores: os especializados e os maiores, em que ambos são definidos pelo número de fundos e modalidades abrangidas. Além disso, a capacidade de gestão em determinados mercados ou setores também são levados em consideração. Os gestores devem demonstrar alta qualidade em seus processos de investimento e na gestão propriamente dita, situando-se acima da média do respectivo setor nesses aspectos.

Além dessa premiação, a VAM destacou-se entre as Assets que figuraram no ranking “Melhores Fundos para Investidores Institucionais” elaborado pela Revista Investidor Institucional em parceria com a consultoria Luz Engenharia Financeira em que fizeram parte da análise mais de 100 gestores com 450 fundos. A VAM teve cinco fundos de investimentos destacados como “Excelentes” para este público. O ranking completo assim como a metodologia usada, está publicado na revista Investidor Institucional, na edição de março/2010.

Cabe destacar também que a controlada Votorantim Corretora ganhou o prêmio da Agência Estado como a 1ª no Ranking de Projeções Top Básico do 1º Trimestre de 2010.

7. Comportamento organizacional
7.1. Estrutura

O Banco Votorantim tem investido de forma significativa na reestruturação de toda a sua plataforma tecnológica, tanto na implementação de novos sistemas como na ampliação da capacidade dos equipamentos e o aprimoramento dos processos. Tais investimentos vêm ao encontro das expectativas dos acionistas quanto à preparação da corporação para um contínuo crescimento.

7.2. Administração de riscos

A gestão de riscos tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco Votorantim.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos.

Nesse sentido, instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos, que faz a gestão de três comissões: uma direcionada para a gestão do risco de mercado; outra para atuar como gestora do risco de crédito; e uma terceira focada na gestão do risco operacional.

O Comitê Operacional de Ativos e Passivos (ALM) tem a responsabilidade de executar as gestões estratégicas de capital e do balanço. O acompanhamento do risco de liquidez é feito por uma Comissão específica, que é subordinada a este Comitê.

Mais detalhes da estrutura de gerenciamento de risco, consulte o nosso site www.bancovotorantim.com.br.

7.3. Gestão de pessoas

A maneira pela qual valorizamos nossos colaboradores é um dos indicadores de sucesso do Banco Votorantim. A nossa filosofia de trabalho é orientada pelo respeito, ética e transparência. Neste cenário podemos afirmar que o nosso grande ativo e maior diferencial está no capital humano.

Nossa estratégia de gestão de pessoas é uma grande diferencial para a atração e principalmente a retenção de talentos para a empresa, pois desenvolvemos, monitoramos e melhoramos continuamente nossos processos de contratação, gestão de desempenho, desenvolvimento, clima organizacional e recompensa. Estamos atentos às necessidades do negócio e dos colaboradores. Continuamente inovamos em nossas práticas de gestão de pessoas, por meio de um olhar abrangente, customizando soluções que melhor atendam a organização. Acreditamos que por estas razões nossas práticas têm sido reconhecidas pelo mercado.

Planejar para crescer

Para acompanhar o crescimento da organização, a área de Recursos Humanos atua alicerçada no Planejamento Estratégico, o que possibilita estruturar ações e produtos alinhados às necessidades da empresa. Para atingir esse objetivo, temos um modelo integrado de Gestão de Recursos Humanos que pratica a meritocracia e estimula o empreendedorismo, refletindo assim as diretrizes estratégicas e reforçando os valores da organização. Nosso objetivo é estimular as pessoas para que elas dêem sempre o melhor de si, mantendo-as engajadas e constantemente desafiadas.

A estrutura de Recursos Humanos contempla as relações de interdependência e sinergia das áreas para obtenção dos resultados e está alicerçada nas seguintes diretrizes:

- ✓ **Planejamento e Desenvolvimento da Força de Trabalho:** mediante as aspirações do negócio são mapeadas as ações para munir, adequar, treinar e capacitar os colaboradores de acordo com as diretrizes estratégicas;
- ✓ **Gestão de Talentos:** monitora a performance individual dos colaboradores. Identifica os talentos e cria mecanismos de retenção que são solidificados através de um programa de sucessão; e
- ✓ **Cultura e Clima:** assegura que o ambiente de trabalho esteja em consonância com a cultura, valores e diretrizes estratégicas da organização.

Práticas

Uma das maneiras formais de estímulo ao desenvolvimento dos colaboradores é a **Avaliação de Desempenho**, que ocorre semestralmente e avalia as competências e os resultados apresentados pelo colaborador no período. Este processo apóia a tomada de decisão em processos de promoção, transferência e recrutamento interno, levanta necessidades de treinamento, interesse de carreira, além de identificar talentos.

Para verificar o estágio atual de carreira dos colaboradores realizamos o **mapeamento do perfil dos profissionais**. Todos os participantes do mapeamento recebem o feedback do processo e apoio para a construção do **Plano de Desenvolvimento Individual – PDI**.

Outra ferramenta de Gestão de Pessoas é a pesquisa de clima organizacional, chamada “Falando Francamente”, que atua com o conceito de responsabilidade compartilhada entre gestor, colaborador e Recursos Humanos. Os gestores têm papel fundamental neste processo e são responsáveis por gerir tanto os resultados quantitativos e qualitativos de sua área, como estabelecer um plano de ação com iniciativas que serão acompanhadas em parceria com Recursos Humanos. Para apoiá-los na definição do plano de ação, Recursos Humanos realiza reuniões de devolutivas com 100% dos colaboradores, que têm como objetivo identificar pontos fortes e oportunidades.

Para subsidiar o desenvolvimento de nossos profissionais na gestão dos negócios, o modelo de Educação Corporativa busca formar e desenvolver os talentos humanos, promovendo o conhecimento organizacional por meio de um processo de aprendizagem ativa e contínua. É pautado na Andragogia, estimula o aprendizado por meio da experiência, transformando o conteúdo.

Nossas ações de desenvolvimento estão alicerçadas na estrutura das Escolas de Negócio. Cada Escola possui uma estratégia peculiar que engloba ações contínuas de capacitação, alinhadas ao modelo de competências e necessidades específicas das áreas e negócios da organização. As escolas de Negócios estão divididas em:

- **Escola BV:** dissemina a cultura, valores da empresa e desenvolve as competências essenciais para o aumento da performance individual e da excelência organizacional;
- **Banking School:** desenvolve ações de temas técnicos e específicos alinhados às práticas e expertises de cada área e negócio;
- **Mercado, Estratégias e Clientes:** amplia a capacidade de visão estratégica, criando um espaço de aprendizagem específica para ações relacionadas à gestão de clientes e mercados; e
- **Liderança, Pessoas e Resultados:** prepara a liderança para um ambiente altamente competitivo qualificando para excelência na gestão de pessoas e negócios.

Acreditamos na força do nosso Capital Humano. Para nós, investir em pessoas é uma estratégia inteligente, inerente ao nosso DNA, que proporciona a organização e seus colaboradores a certeza de trilhar o caminho de sucesso sustentável.

Responsabilidade Social e Diversidade

Para ampliar nossa atuação temos intensificado nossas ações no âmbito de responsabilidade social e diversidade. Melhorar a vida de famílias carentes e trazer oportunidades e perspectivas de um futuro e uma sociedade melhores é o objetivo das nossas ações. O programa de responsabilidade social foi estruturado com base nos nossos valores SEREU (Solidez, Ética, Respeito, Empreendedorismo e União).

Oficinas de Capacitação para Pessoas com Deficiência – PcD: realizada em parceria com a Associação para a Valorização e Promoção de Excepcionais - AVAPE, a organização realizou oficinas com duração de seis meses. O programa, que teve início em 2008, está em sua sétima turma e já beneficiou 214 pessoas. As oficinas são divididas em módulos que abordam temas como: negócio financeiro, mercado e mundo corporativo, marketing pessoal, projeto de vida, planejamento de carreira e cidadania, além de aulas de Pacote Office, Língua Portuguesa e Matemática. Após esse período os colaboradores são alocados nas filiais da empresa e passam a colocar em prática o que aprenderam na capacitação.

Programa Jovem Aprendiz: realizado com o objetivo de preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, atende jovens entre 14 e 17 anos, regularmente matriculados no ensino médio e jovens com idade entre 18 e 24 anos, com ensino médio completo, que não tenham tido oportunidade de trabalho formal ou que estejam desempregados há mais de seis meses. Para assegurar a qualidade na formação desse público, foi lançado o **Web Site Aprendiz**, especialmente elaborado para orientar o desenvolvimento das atividades profissionais e complementar à formação dos jovens atendidos.



...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O **Guia do Tutor** foi especialmente elaborado para orientar o desenvolvimento das atividades profissionais e complementar a educação do aprendiz. O objetivo é fomentar a formação de novos líderes com informações legais, procedimentos internos, papéis e responsabilidades, a fim de garantir o sucesso do programa.

Participar ativamente de programas que promovam a inclusão social é uma prática do Banco Votorantim. Com o **Projeto Viver**, demonstramos claramente nossa responsabilidade social e preocupação com o bem-estar das comunidades em que estamos inseridos.

O Projeto Viver foi criado em 2001 e é resultado do programa de voluntariado corporativo implementado por iniciativa dos colaboradores e executivos do Banco Votorantim, com a constituição da Associação Viver em Família para um Futuro Melhor. A organização apóia o projeto e incentiva a participação de seus colaboradores como voluntários.

No primeiro semestre de 2010, o Projeto Viver promoveu atendimentos aos moradores da comunidade do Jardim Colombo, oferecendo atividades de recreação, esportes, lazer, educação, e capacitação profissional. Todos os eventos contam com a adesão de colaboradores do Banco e suas empresas coligadas, que atuam como voluntários diretos tanto nas atividades desenvolvidas, como também na articulação de parcerias para ampliação das ações promovidas.

Entre os projetos permanentes, realizados com recursos captados por intermédio da Política de Investimento Social Externo do Banco Votorantim, do FUMCAD e outras parcerias, destacam-se:

- Mãos na Massa: capacitação em panificação e confeitaria;
- Caminhando: capacitação profissional em técnicas administrativas;
- Informática Jovem: capacitação de jovens em informática básica;
- Reciclagem de Papel: oficinas de reciclagem de papel para jovens;
- Viver na Educação: acompanhamento e reforço escolar para crianças e adolescentes;
- Esportes para o Futuro: atividades esportivas para crianças e adolescentes;
- Capacitação Profissional de Aprendizes: capacitação de jovens em parceria com o ESPRO;
- Em cantos do brincar: atividades dirigidas na Brinquedoteca para crianças; e
- Ler e Viver: atividades dirigidas na biblioteca para crianças e adolescentes.

Além do Projeto Viver o Banco Votorantim identificou e selecionou para receber apoio diversos projetos sociais distribuídos por todo o País com a destinação de recursos incentivados através dos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e de recursos incentivados através da Lei Rouanet e Lei do Esporte, a saber:

- **Nossa Casa** – Blumenau/ SC - propiciar, às crianças e adolescentes do programa Abrigo Nossa Casa, transporte para ir/vir da escola;
- **Vid'Arte e Cidadania** – Fortaleza/CE – promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente do Conjunto Palmeiras por meio de atividades sócio-pedagógicas, de arte-educação e apoio nutricional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- **Projeto Profissionaliz-Arte** – Campos dos Goytacazes/RJ – buscar alternativa de inclusão social para jovens em conflito com a lei, com idade entre 12 e 18 anos, oferecendo oficinas, teatro fórum, artes plásticas, música marginal, corpo e movimento, criação de textos musicais, teatrais, fotografia e vídeo;

- **Projeto CMDCA** – Quatro municípios: Itabuna-BA / Maringá-PR / Rio Branco-AC / São José do Rio Preto-SP – apoiar o CMDCA na realização de um diagnóstico dos problemas que atingem a população infanto-juvenil no município e na identificação de condições e potencialidades que possam ser mobilizadas para melhorar a realidade local, em alinhamento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

- **Tri-Crianças – Educação para o Esporte** – Maceió – AL - implementar núcleo de Educação pelo Esporte, com foco no triathlon, com o objetivo de desenvolver possibilidades de vivências positivas, inserção e proteção social no contra turno escolar e fins de semana;

- **Projeto Luz Positiva** – Salvador/BA – realizar trabalho de conscientização e desenvolvimento de competências com adolescentes portadores do vírus HIV;

- **Esse não é o meu lugar** – Recife/PE – atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, trazidas por motivo de violência que geraram abandono familiar, violência doméstica e sexual, exploração do trabalho infantil e uso de substâncias psicoativas;

- **Qualivida** – São José dos Campos/SP - adequar o ambiente, por meio de reforma e equipamentos industriais para preparação e melhor adequação dos alimentos oferecidos aos atendidos da entidade, visando a qualidade de vida, saúde e bem estar;

- **Casa de Metara** – Teresina/ PI - promover a ampliação dos serviços de atendimento a crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas e em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, através de práticas educativas, preventivas e terapêuticas;

- **Oficinas Querô** – Santos/SP - investimento em projeto cultural de capacitação audiovisual para 40 adolescentes, visando estimular a inclusão social e o empreendedorismo juvenil;

- **Música para Todos** - Teresina/PI - investimento em projeto de cursos de iniciação musical para 1.050 estudantes do ensino fundamental de escolas da rede pública de Teresina/PI;

- **11º Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga** – Guaramiranga – CE / Fortaleza- CE / Sobral - CE - investimento em atividade musical; e

- **Núcleos Jovem de Esporte** - Passo Fundo/RS, Pelotas/RS, Rio Grande/RS, Bento Gonçalves/RS, Campo de Goytacazes/RJ, Nilópolis/RJ e São Paulo/SP - promover atividades esportivas para 820 jovens do ensino fundamental, em parceria com o Instituto Esporte Educação.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no semestre.

São Paulo, 12 de agosto de 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Circulante	59.141.309	77.625.030	55.757.113	62.218.058
Disponibilidades	42.014	310.595	93.497	355.203
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.973.215	39.671.451	14.829.740	25.342.192
Aplicações em mercado aberto	13.227.847	23.519.868	13.227.847	23.519.868
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.686.945	15.812.498	1.543.470	1.483.239
Aplicações em moeda estrangeira	58.423	339.085	58.423	339.085
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.106.986	28.053.637	14.465.549	15.685.403
Carteira própria	3.635.531	6.849.790	6.026.068	7.896.770
Vinculados a compromissos de recompra	19.631.527	17.553.480	3.789.464	4.068.144
Instrumentos financeiros derivativos	2.953.904	1.195.071	1.294.597	1.239.024
Vinculados ao Banco Central	-	192.784	-	192.784
Vinculados à prestação de garantias	3.886.024	2.262.512	3.355.420	2.288.681
Relações interfinanceiras	4.321.575	77.901	4.321.575	77.901
Pagamentos e recebimentos a liquidar	637	711	637	711
Depósitos no Banco Central	4.260.497	63.492	4.260.497	63.492
Repasses interfinanceiros	53.299	12.984	53.299	12.984
Correspondentes	7.142	714	7.142	714
Relações interdependências	-	67	-	656
Dependências no País	-	67	-	656
Operações de crédito	6.320.188	6.528.656	16.963.560	15.378.445
Setor público	65.505	1.304	65.505	1.304
Setor privado	6.392.057	6.622.809	17.806.115	16.079.940
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(137.374)	(95.457)	(908.060)	(702.799)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	1.456.678	947.526
Arrendamento a receber - Setor público	-	-	-	3.065
Arrendamento a receber - Setor privado	-	-	2.247.064	1.356.928
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	(394.762)	(394.762)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(32.012)	(17.705)
Outros créditos	2.362.165	2.977.547	3.499.132	4.327.954
Carteira de câmbio	1.971.538	2.313.088	1.971.538	2.313.088
Rendas a receber	102.067	5.801	14.246	15.554
Negociação e intermediação de valores	72.344	224.434	150.775	246.165
Avais e fianças honrados	-	4.703	-	4.703
Diversos	253.055	456.525	1.399.412	1.779.646
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(36.839)	(27.004)	(36.839)	(31.202)
Outros valores e bens	15.166	5.176	127.380	102.778
Outros valores e bens	4.218	1.022	87.110	80.459
Despesas antecipadas	10.948	4.154	40.270	22.319
Realizável a longo prazo	48.294.235	21.336.824	43.466.366	26.530.757
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24.916.802	6.137.207	959.109	1.488.865
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.916.802	6.137.207	959.109	1.488.865
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	13.236.975	6.107.091	13.722.202	4.413.716
Carteira própria	5.559.151	2.466.259	5.559.151	2.466.259
Vinculados a compromissos de recompra	5.416.851	202.567	5.416.851	202.567
Instrumentos financeiros derivativos	560.798	2.491.778	485.226	798.403
Vinculados à prestação de garantias	1.700.175	946.487	2.260.974	946.487
Operações de crédito	9.459.732	8.752.072	23.524.522	18.050.572
Setor público	75.987	155.687	75.987	155.687
Setor privado	9.537.744	8.702.060	23.956.371	18.276.239
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(153.999)	(105.675)	(507.836)	(381.354)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.487.467	1.359.844
Arrendamento a receber - Setor privado	-	-	4.496.556	2.504.864
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	(1.961.841)	(1.124.634)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(47.248)	(20.386)
Outros créditos	680.726	340.451	2.510.324	956.002
Negociação e intermediação de valores	5.134	-	5.134	-
Diversos	675.592	340.451	2.505.190	956.002
Outros valores e bens	-	3	262.742	261.758
Despesas antecipadas	-	3	262.742	261.758
Permanente	2.940.839	2.352.260	192.024	95.931
Investimentos	2.866.717	2.320.190	62.228	13.084
Participações em controladas no País	2.801.253	2.310.605	-	-
Participação em controlada no exterior	37.849	4.532	-	-
Outros investimentos	27.615	5.053	62.228	13.084
Imobilizado	40.414	21.359	67.992	50.884
Outras imobilizações de uso	72.636	52.303	126.328	120.437
Depreciação acumulada	(32.222)	(30.944)	(58.336)	(69.553)
Diferido	30.804	10.711	45.649	27.282
Gastos de organização e expansão	32.533	25.141	80.087	83.811
Amortização acumulada	(1.729)	(14.430)	(34.438)	(56.529)
Intangível	2.904	-	16.155	4.681
Outros ativos intangíveis	2.904	-	17.956	5.243
Amortização acumulada	-	-	(1.801)	(562)
Total do ativo	110.376.383	101.314.114	99.415.503	88.844.746

Passivo	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Circulante	79.581.571	79.595.641	59.902.380	61.019.542
Depósitos	19.779.874	18.037.682	19.547.890	17.826.174
Depósitos à vista	257.881	106.625	285.230	110.356
Depósitos interfinanceiros	952.729	4.118.642	693.549	3.880.732
Depósitos a prazo	18.566.278	13.810.485	18.566.279	13.833.293
Outros depósitos	2.986	1.930	2.832	1.793
Captações no mercado aberto	28.204.477	31.058.454	27.096.783	30.127.345
Carteira própria	21.313.348	12.743.048	20.941.548	12.634.386
Carteira de terceiros	6.888.919	17.185.378	6.153.025	16.362.931
Carteira de livre movimentação	2.210	1.130.028	2.210	1.130.028
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.517.173	1.811.153	1.517.173	1.811.153
Recursos de Letras de crédito Imobiliário e de Agronegócio	654.035	1.024.098	654.035	1.024.098
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	863.138	787.055	863.138	787.055
Relações interfinanceiras	8.581	10.210	8.581	10.210
Recebimentos e pagamentos a liquidar	8.581	10.210	8.581	10.210
Relações interdependências	52.325	38.938	52.370	39.728
Recursos em trânsito de terceiros	52.325	38.938	52.325	38.938
Transferências internas de recursos	-	-	45	790
Obrigações por empréstimos e repasses	4.360.211	5.564.796	4.360.813	5.577.220
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	734.458	-	734.458
Empréstimos no País - Outras instituições	23.437	25.860	23.437	25.860
Empréstimos no exterior	2.771.759	2.661.471	2.771.759	2.661.471
Repasse no País - Instituições oficiais	1.565.015	2.143.007	1.565.617	2.155.431
Instrumentos financeiros derivativos	22.804.012	20.724.394	715.438	2.795.407
Instrumentos financeiros derivativos	22.804.012	20.724.394	715.438	2.795.407
Outras obrigações	2.854.918	2.350.014	6.603.332	2.832.305
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10.398	-	26.906	-
Carteira de câmbio	1.832.847	1.342.211	1.832.847	1.342.211
Sociais e estatutárias	368.730	417.448	501.531	519.151
Fiscais e previdenciárias	172.141	211.831	1.299.930	542.196
Negociação e intermediação de valores	351.957	76.168	416.880	102.508
Dívidas subordinadas	-	-	1.375.370	-
Diversas	118.845	302.356	1.149.868	326.239
Exigível a longo prazo	22.716.774	15.214.086	31.435.041	21.282.982
Depósitos	4.755.444	6.022.391	4.691.392	5.999.583
Depósitos interfinanceiros	109.416	6.867	55.986	6.867
Depósitos a prazo	4.646.028	6.015.524	4.635.406	5.992.716
Captações no mercado aberto	4.690.481	3.162.841	4.690.481	3.162.841
Carteira própria	4.593.603	3.162.841	4.593.603	3.162.841
Carteira de livre movimentação	96.878	-	96.878	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.931.221	1.091.332	6.002.792	4.180.400
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.791.288	-	1.791.288	-
Recursos de Letras de crédito Imobiliário e de Agronegócio	1.139.933	1.091.332	1.139.933	1.091.332
Recursos de debêntures	-	-	3.071.571	3.089.068
Obrigações por empréstimos e repasses	5.264.063	2.648.026	5.294.107	2.670.922
Empréstimos no País - Outras instituições	11.298	36.538	11.298	36.538
Empréstimos no exterior	1.752.788	713.586	1.752.788	713.586
Repasse no País - Instituições oficiais	3.499.977	1.897.902	3.530.021	1.920.798
Instrumentos financeiros derivativos	-	316.575	4.929.297	556.259
Instrumentos financeiros derivativos				

...continuação **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para expansão	de incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	3.380.000	31.946	303.732	2.741.523	-	(95.006)	-	6.362.195
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(46.832)	-	(46.832)
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.738)	(1.738)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	400.472	400.472
Destinações:								
Reserva legal	-	-	20.024	-	-	-	(20.024)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Saldos em 30 de junho de 2009	<u>3.380.000</u>	<u>31.946</u>	<u>323.756</u>	<u>2.741.523</u>	-	<u>(141.838)</u>	<u>128.710</u>	<u>6.464.097</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.544.896	617.049	343.821	2.716.341	-	(76.664)	-	7.145.443
Integralização de capital	450.000	-	-	-	-	-	-	450.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	78.803	-	78.803
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	477.518	477.518
Destinações:								
Reserva legal	-	-	23.875	-	-	-	(23.875)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.360	-	(2.360)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(112.821)	(112.821)
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>3.994.896</u>	<u>617.049</u>	<u>367.696</u>	<u>2.716.341</u>	<u>2.360</u>	<u>2.139</u>	<u>338.462</u>	<u>8.038.943</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

- Contexto operacional**
O Banco Votorantim S.A. é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de financiamento e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimento e cartões de crédito.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
Em conformidade com o Fato Relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças S.A. concluíram em 28 de setembro de 2009 o estabelecimento da parceria estratégica, passando o Banco do Brasil a deter participação equivalente a 50,00% do capital social total do Banco Votorantim.
A consolidação dos demonstrativos contábeis e de gestão de riscos e limites operacionais será proporcional à participação. A governança do Banco Votorantim e da BV Participações é compartilhada entre a Votorantim Finanças e o Banco do Brasil. O Conselho de Administração é paritário, com 3 membros indicados por cada instituição, e a presidência do Conselho será alternada anualmente. Todas as decisões estratégicas serão tomadas de forma conjunta. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de dezembro de 2009.
- Apresentação das demonstrações contábeis**
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, para a contabilização das operações, associadas, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.
As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de agosto de 2010.
Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN e do BACEN. As alterações aprovadas pelo BACEN, foram: 1) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; 2) os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos; 3) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; 4) a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis, informações sobre partes relacionadas; 5) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgações de provisões, passivos e ativos contingentes.
As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Financeiro Votorantim compreendem o Banco Votorantim e as controladas diretas no País e no Exterior, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2010	2009
Controladas diretas no País		
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,98	99,98
Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,99	99,99
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	100,00	100,00
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
BVIP – BV Investimentos e Participações S.A.	100,00	-
Controladas diretas no exterior		
Votorantim Bank Limited	99,99	4,03
Banco Votorantim Securities Inc.	100,00	100,00

- Gerenciamento de riscos**
A gestão de riscos tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo BACEN. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco Votorantim.
Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos.
Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos e subordinado a este existem três comissões, sendo uma direcionada para a gestão do risco de mercado, outra para atuar como gestora do risco de crédito e uma terceira focada para a gestão do risco operacional.
O Comitê Operacional de Ativos e Passivos (ALM) tem a responsabilidade de executar a gestão estratégica do capital e do balanço. O acompanhamento do risco de liquidez é feito por uma Comissão específica, que é subordinada a este Comitê.
- Risco de Mercado**
Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.
A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações.
Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento deste risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia *Value at Risk* e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (*back-test*).
O Banco Votorantim e suas controladas realizam operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Estes instrumentos são utilizados para *hedge* de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.
- Risco Operacional**
Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos.
As etapas do gerenciamento de risco operacional são: a identificação, a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação dos riscos, a comunicação e o plano de ação. Adicionalmente, é obrigatório o registro no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições. Esse procedimento tem como finalidade primária a formação de uma base de dados a ser utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II, mas proporciona o fornecimento de informações suficientes para a identificação das causas desses riscos.
A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

- Risco de Crédito**
Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
O Banco Votorantim possui um processo de tomada de decisões que garante agilidade e foco nas ações de crédito, frente às oportunidades de negócios e a mudança de cenários. O seu foco tem sido crescer os ativos maximizando a relação de risco/retorno, com preocupação constante em manter a qualidade da carteira de crédito do Banco. Para isso, o Banco Votorantim possui uma área independente para o Gerenciamento de Risco de Crédito, seguindo as melhores práticas de governança.
Como parte do processo de gestão de crédito são realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como, dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base em análise de indicadores internos da carteira e dos processos de precificação e avaliação de empresas, e em fatores externos, relacionados à situação financeira das empresas e à conjuntura econômica do país e do exterior.
Cabe também citar o monitoramento constantemente das exposições e contrapartes dos ativos de crédito e a elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão da diretoria.
O Banco Votorantim realiza avaliações de risco de crédito das operações, determinadas através de modelos julgamentais e estatísticos. Ressalta-se que na identificação de deterioração da qualidade da carteira de crédito do Banco, são tomadas ações de mitigação de riscos, tais como, reavaliação do perfil de risco dos clientes e análises setoriais que influenciam na gestão de limites até a gestão e controle de garantias.
O ciclo de crédito é composto das seguintes etapas :
1 - Proposta de Crédito
2 - Avaliação do Risco de Crédito
3 - Concessão do Crédito
4 - Originação da Operação
5 - Monitoramento
6 - Cobrança da Operação
7 - Recuperação

- Principais práticas contábeis**
a. **Apuração do resultado**
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas	3.694.378	2.662.538	6.355.551	3.934.370
Receitas da intermediação financeira	3.634.553	2.894.585	7.157.777	5.201.544
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	138.141	71.015	560.946	325.728
Outras receitas/(despesas)	6.112	(205.037)	(453.140)	(766.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(80.455)	(98.202)	(870.231)	(766.778)
Resultado não operacional	(3.973)	177	(39.801)	(59.492)
Despesas da intermediação financeira	(3.075.070)	(2.063.920)	(4.206.376)	(2.368.345)
Insumos adquiridos de terceiros	(134.038)	(70.045)	(629.464)	(423.661)
Materiais, energia e outros	(725)	(1.322)	(4.543)	(16.061)
Serviços de terceiros	(1.488)	(1.489)	(9.198)	(33.619)
Outras	(131.825)	(67.234)	(615.723)	(373.981)
Comunicações	(5.349)	(4.690)	(48.334)	(38.292)
Arrendamento de bens	(347)	(174)	(2.554)	(1.182)
Manutenção e conservação de bens	(3.266)	(1.322)	(6.370)	(16.061)
Processamento de dados	(28.102)	(25.229)	(48.870)	(47.181)
Promoções e relações públicas	(4.020)	(1.314)	(10.273)	(6.494)
Publicações	(1.204)	(1.961)	(1.355)	(2.509)
Propaganda e publicidade	(1.288)	(23)	(24.810)	(3.366)
Serviços do sistema financeiro	(27.519)	(4.433)	(87.304)	(64.792)
Serviços técnicos especializados	(48.888)	(17.855)	(233.214)	(96.393)
Transportes	(2.147)	(595)	(9.977)	(5.936)
Viagens	(2.809)	(2.124)	(17.639)	(15.632)
Serviços de vigilância e segurança	(808)	(403)	(1.945)	(1.164)
Outras	(6.078)	(7.111)	(123.078)	(74.979)
Valor Adicionado Bruto	485.270	528.573	1.519.711	1.142.364
Despesas de amortização/depreciação	(4.382)	(3.228)	(13.499)	(13.096)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Entidade	480.888	525.345	1.506.212	1.129.268
Valor Adicionado Recebido em transferência	295.881	141.770	-	-
Resultado de participações em coligadas e controladas	295.881	141.770	-	-
Valor adicionado a distribuir	776.769	667.115	1.506.212	1.129.268
Valor Adicionado distribuído	776.769	667.115	1.506.212	1.129.268
Pessoal	184.972	116.118	469.765	300.904
Salários e honorários	87.283	64.580	212.712	169.454
Participação no lucro	75.552	34.758	183.923	77.934
Benefícios e treinamentos	15.223	11.382	55.980	39.626
FGTS	6.908	5.398	17.027	13.890
Outros	6	-	123	-
Impostos, Taxas e Contribuições	96.702	140.851	510.300	407.799
No País	96.702	140.851	510.300	407.799
INSS sobre salários	22.445	15.651	54.268	41.236
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	39.458	41.798	227.322	175.384
Imposto de renda / contribuição social	34.799	83.402	228.710	191.179
Remuneração de Capitais de Terceiros	17.577	9.674	48.636	19.031
Aluguéis	17.577	9.674	48.636	19.031
Remuneração de Capitais Próprios	477.518	400.472	477.512	401.534
Dividendos/ juros sobre capital próprio	112.821	250.000	112.821	250.000
Lucro retido	364.697	150.472	364.697	150.472
Participações minoritárias no lucro retido	-	-	(6)	1.062

- Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo (aplicações até 90 dias).
- Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.
- Títulos e valores mobiliários**
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:
i. **Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- Instrumentos financeiros derivativos**
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em:
i. **"Hedge" de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
ii. **"Hedge" de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.
Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de capturação, tanto o instrumento financeiro como o passivo estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

- Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renunciadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.
As operações de crédito e arrendamento mercantil que são objetos de "hedge" de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros Créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outras Obrigações - Diversas, em contrapartida de Receitas de Operações de Crédito e Receitas de Arrendamento Mercantil.

- Despesas antecipadas**
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros.
- Estimativas contábeis**
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.
- Ativo permanente**
i. Os Investimentos em participações societárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;
ii. O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação, segurança e transporte - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%;
iii. O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado; e
iv. O Ativo Intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. Em 30 de junho de 2010, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.
- Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a contribuição social foi apurada com base na alíquota de 15%, ambas, aplicáveis ao lucro tributável.
O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração. Na controlada BV Leasing, é reconhecido imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 25%, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

10 Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos e títulos descontados	7.766.457	7.700.908	12.274.191	10.096.326
Financiamentos	3.292.261	3.632.653	24.505.477	20.195.372
Financiamentos rurais e agroindustriais	619.397	314.727	619.397	314.727
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	4.303.052	3.707.348	4.303.052	3.707.348
Financiamentos em moeda estrangeira	90.126	126.224	90.126	126.224
Operações com cartão de crédito	-	-	111.735	73.174
Subtotal	<u>16.071.293</u>	<u>15.481.860</u>	<u>41.903.978</u>	<u>34.513.171</u>
Avais e fianças honrados	-	4.703	-	4.703
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	426.168	1.004.605	426.168	1.004.605
Diversos	-	46.818	-	46.818
Total das operações de crédito	<u>16.497.461</u>	<u>16.537.986</u>	<u>42.330.146</u>	<u>35.569.297</u>
Operações de arrendamento mercantil	-	-	4.368.775	2.517.740
Total geral	<u>16.497.461</u>	<u>16.537.986</u>	<u>46.698.921</u>	<u>38.087.037</u>

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Parcelas vencidas				
A partir de 15 dias	128.067	121.626	694.718	817.584
Parcelas a vencer				
Até 90 dias	2.515.724	2.559.876	6.689.437	5.383.165
De 91 a 360 dias	4.240.201	5.028.441	14.261.505	11.861.101
De 1 a 3 anos	5.522.745	6.805.106	17.896.343	14.803.583
De 3 a 5 anos	1.955.773	1.981.800	4.953.142	4.195.526
Acima de 5 anos	2.134.951	41.137	2.203.776	1.026.078
Total	<u>16.497.461</u>	<u>16.537.986</u>	<u>46.698.921</u>	<u>38.087.037</u>

c. Concentração das operações

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Dez maiores devedores	3.719.268	3.941.376	3.747.195	3.941.376
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.383.834	5.016.565	4.429.214	5.016.564
Cem seguintes maiores devedores	3.260.346	3.173.054	3.309.155	3.173.054
Demais clientes	5.134.013	4.406.991	35.213.357	25.956.043
Total	<u>16.497.461</u>	<u>16.537.986</u>	<u>46.698.921</u>	<u>38.087.037</u>

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pessoas jurídicas				
Sector público				
Intermediários financeiros	-	-	-	934
Serviços	141.492	156.991	141.492	156.991
Sector privado				
Indústria	15.237.379	14.645.318	16.469.817	15.558.789
Comércio	8.638.530	9.082.340	8.717.760	9.120.706
Rural	1.640.718	1.176.421	2.342.588	1.938.433
Serviços	657.873	314.579	657.873	314.579
Intermediários financeiros	4.272.565	4.071.978	4.723.903	4.185.071
Diversos	27.693	-	27.693	-
Pessoas físicas				
Total	<u>1.118.590</u>	<u>1.735.677</u>	<u>30.087.612</u>	<u>22.370.323</u>
Total	<u>16.497.461</u>	<u>16.537.986</u>	<u>46.698.921</u>	<u>38.087.037</u>

e. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

	2010			2009		
	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações
AA	7.683.829	-	7.683.829	7.649.561	-	7.649.561
A	4.004.374	-	4.004.374	4.398.420	-	4.398.420
B	4.106.555	5.158	4.111.713	3.488.078	57.213	3.545.291
C	189.864	20.716	210.580	487.804	27.245	515.049
D	64.234	18.886	83.120	126.224	65.456	191.680
E	125.037	5.514	130.552	1.228	13.817	15.045
F	16	9.010	9.026	23.248	153.771	177.019
G	122.993	62.014	185.007	271	9.304	9.575
H	20.940	58.320	79.261	21.364	14.982	36.346
Total	<u>16.317.842</u>	<u>179.618</u>	<u>16.497.461</u>	<u>16.196.198</u>	<u>341.788</u>	<u>16.537.986</u>
Consolidado						
	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações
AA	8.187.806	-	8.187.806	8.190.911	-	8.190.911
A	29.805.726	-	29.805.726	22.020.356	-	22.020.356
B	4.200.051	1.225.948	5.425.999	3.558.304	1.166.517	4.724.821
C	232.189	831.372	1.063.561	519.122	770.404	1.289.526
D	84.177	410.425	494.602	141.306	447.053	588.359
E	134.846	247.021	381.867	7.867	223.815	231.682
F	7.250	200.276	207.526	27.496	330.368	357.864
G	129.191	213.535	342.726	3.266	145.028	148.294
H	51.097	738.011	789.108	46.966	488.258	535.224
Total	<u>42.832.333</u>	<u>3.866.588</u>	<u>46.698.921</u>	<u>34.515.594</u>	<u>3.571.443</u>	<u>38.087.037</u>

15 Investimentos

a. Participação em controladas no país e no exterior

	2010			2009		
	Quantidade de ações/cotas em 31/12/09	Capital social em 31/12/09	Patrimônio líquido em 31/12/09	Lucro/(Prejuízo) no período	Ajustes diretos no patrimônio líquido	Patrimônio líquido em 30/06/10
No país						
Votorantim CTVM Ltda.	20.181	59.250	241.829	5.495	-	247.324
Votorantim Asset Manag. DTVM Ltda.	9.000.000	9.000	38.754	13.970	-	52.724
BV Financeira S.A.	126.361	342.000	947.819	241.460	-	1.189.279
BV Leasing Arred. Merc. S.A.	510.404	966.200	1.279.590	32.384	-	1.311.974
BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.	-	-	-	-	-	-
No exterior						
Votorantim Bank Limited	10.000.000	17.412	33.370	740	1.155*	35.265
Banco Votorantim Securities, Inc.	5.000.000	8.706	1.904	632	48*	2.584

* Inclui a variação cambial do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos no exterior.

b. Outros investimentos

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Investimentos por incentivos fiscais	27.335	4.392	61.917	10.253
Títulos patrimoniais	175	176	176	177
Ações e cotas	6	386	6	1.142
Outros	99	99	129	1.512
Total	<u>27.615</u>	<u>5.053</u>	<u>62.228</u>	<u>13.084</u>

16 Imobilizado de uso

	2010		2009	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imobilizado em curso	111	-	111	-
Instalações	-	-	-	627
Móveis e equipamentos de uso	30.183	7.478	22.705	9.445
Sistema de comunicação	7.251	3.747	3.504	3.414
Sistema de processamento de dados	31.831	19.429	12.402	7.074
Sistema de segurança	2.018	437	1.581	517
Sistema de transporte	1.242	1.131	111	282
Total	<u>72.636</u>	<u>32.222</u>	<u>40.414</u>	<u>21.359</u>
Consolidado				
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imobilizado em curso	111	-	111	-
Instalações	2.691	1.297	1.394	2.322
Móveis e equipamentos de uso	44.511	12.338	32.173	17.386
Sistema de comunicação	11.732	5.599	6.133	7.967
Sistema de processamento de dados	63.344	37.254	26.090	22.227
Sistema de segurança	2.047	448	1.599	560
Sistema de transporte	1.892	1.400	492	422
Total	<u>126.328</u>	<u>58.336</u>	<u>67.992</u>	<u>50.884</u>

17 Diferido

	2010		2009	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	32.533	1.729	30.804	10.711
Total	<u>32.533</u>	<u>1.729</u>	<u>30.804</u>	<u>10.711</u>
Consolidado				
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	78.340	33.501	44.839	24.814
Gastos aquis. desenv. de logiciais	1.747	937	810	2.468
Total	<u>80.087</u>	<u>34.438</u>	<u>45.649</u>	<u>27.282</u>

18 Ativos intangíveis

	2010		2009	
	Valor	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Projetos corporativos	2.904	-	2.904	-
Total	<u>2.904</u>	<u>-</u>	<u>2.904</u>	<u>-</u>
Consolidado				
	Valor	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
SISBEX BMF&Bovespa	200	-	200	-
Software sem substância física	1.628	419	1.209	-
Licenças	8.225	1.382	6.843	-
Acordo por direitos de comercialização	5.000	-	5.000	-
Projetos corporativos	2.903	-	2.903	4.681
Total	<u>17.956</u>	<u>1.801</u>	<u>16.155</u>	<u>4.681</u>

19 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Depósitos à vista	257.881	106.625	285.230	110.356
Depósitos interfinanceiros	1.062.145	4.125.509	749.535	3.887.599
Depósitos a prazo	23.212.306	19.826.009	23.201.684	19.826.009
Depósitos para investimentos	2.986	1.930	2.832	1.793
Total	<u>24.535.318</u>	<u>24.060.073</u>	<u>24.239.282</u>	<u>23.825.757</u>

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Sem vencimento	260.867	106.625	288.062	110.356
Até 90 dias	8.995.348	6.479.466	8.736.169	6.264.228
De 91 a 360 dias	10.523.659	11.451.591	10.523.659	11.451.591
De 1 a 3 anos	4.646.420	5.723.837	4.582.368	5.701.029
De 3 a 5 anos	95.181	275.329	95.181	275.329
Acima de 5 anos	13.843	23.225	13.843	23.225
Total	<u>24.535.318</u>	<u>24.060.073</u>	<u>24.239.282</u>	<u>23.825.757</u>

20 Captações no mercado aberto

a. Composição da carteira por contraparte

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
De ligadas	-	931.109	-	-
De não ligadas	32.894.958	33.290.186	31.787.264	33.290.186
Total	<u>32.894.958</u>	<u>34.221.295</u>	<u>31.787.264</u>	<u>33.290.186</u>

f. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco, incluindo as operações com características de operações de créditos registradas em "Outros créditos".

Nível de risco	Provisão %
----------------	------------


...continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

26 Outras obrigações - Negociação e Intermediação de valores

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa de registro e liquidação	1	3.153	70	3.339
Credores conta liquidação pendentes	181	10.655	64.541	36.928
Credores por empréstimos de ações	-	8.449	-	8.449
Operações com ativos financ. e merc. a liquidar	340.086	8.975	340.086	11.943
Financiamento a liberar	-	43.453	-	43.453
Outras	12.754	1.483	13.248	1.511
Total	353.022	76.168	417.945	105.623

27 Outras obrigações - Dívidas subordinadas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Certificado de depósito bancário				
Pós fixado	4.480.131	1.471.238	3.079.016	1.471.238
Debêntures				
Pós fixado	-	-	1.375.370	1.375.947
Nota subordinada				
Prefixada	-	-	1.401.115	-
Total	4.480.131	1.471.238	5.855.501	2.847.185

	Consolidado - 2010			
	Emissão	Vencimento	Indexador	Taxa nominal a.a.
CDB	27/11/2007	27/11/2012	CDI	0,491417
CDB	3/12/2007	3/12/2012	CDI	0,491417
CDB	3/12/2007	3/12/2012	CDI	0,540556
CDB	4/12/2007	4/12/2012	CDI	0,540556
CDB	6/8/2009	6/8/2014	CDI	1,670229
CDB	7/12/2009	8/12/2014	CDI	1,635268
CDB	7/12/2009	8/12/2014	CDI	1,674668
CDB	8/12/2009	9/12/2014	CDI	1,674668
CDB	22/12/2009	23/12/2014	CDI	1,674668
CDB	3/12/2007	3/12/2012	IGPM	7,219701
CDB	18/3/2008	18/3/2013	IPCA	7,934241
CDB	17/8/2009	17/8/2014	IPCA	7,855736
CDB	17/8/2009	17/8/2014	IPCA	7,924428
CDB	17/8/2009	17/8/2014	IPCA	8,002932
CDB	18/8/2009	18/8/2014	IPCA	7,953867
Nota Subordinada	20/1/2010	21/1/2020	PRÉ	7,380000
Debêntures	20/4/2006	20/4/2016	CDI	0,500000
Total				5.855.501

28 Outras obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Provisão para despesas de pessoal	22.800	12.369	63.602	36.294
Provisão para outras despesas administrativas	5.196	10.652	70.761	46.138
Provisão para passivos contingentes	14.807	4.985	138.825	76.402
Compra de títulos	-	272.164	-	272.164
Valores a repassar cessão de crédito	-	-	243.689	109.848
Credores diversos – cartão de crédito	-	-	135.506	73.188
Operações de crédito a liberar	-	-	75.461	36.853
Arrendamentos a liberar	-	-	2.942	24.226
Outras	76.042	2.186	419.083	199.758
Total	118.845	302.356	1.149.869	874.871

29 Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social é representado por 81.538.822.950 ações, sendo 66.713.582.406 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 14.825.240.544 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

b. Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da reserva legal. A administração propõe a distribuição de dividendos sobre o lucro do período no montante de R\$ 112.821.

c. Reserva de capital
A reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 585.103 e subvenções de incentivos fiscais/atualização de títulos patrimoniais no montante de R\$ 31.946. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

d. Reserva de lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de expansão
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do exercício, a Administração propõe a destinação do lucro não distribuído para "Reserva de Expansão", constituída após as destinações para reserva legal e pagamentos de dividendos, se houver. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva de incentivos fiscais
Constituída a base de parcela do lucro líquido decorrente de incentivos fiscais.

30 Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Administração de fundos de investimento	-	-	51.761	39.034
Corretagens operações em bolsa	-	-	13.742	16.148
Comissões sobre colocação de títulos	35.144	10.530	35.711	10.543
Serviços prestados sociedades ligadas	3.480	6.984	-	-
Rendas de garantias prestadas	81.373	43.071	81.373	43.071
Rendas de cobrança	2.306	1.501	2.306	1.501
Outras	15.307	8.518	25.583	39.860
Total	137.610	70.604	210.476	150.157

31 Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Honorários	6.560	6.300	13.264	12.883
Benefícios	13.293	10.545	53.028	38.210
Encargos sociais	29.360	21.049	71.418	55.126
Proventos	80.723	58.280	199.448	156.571
Treinamento	1.930	837	2.952	1.416
Total	131.866	97.011	340.110	264.206

32 Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aluguéis	17.577	9.674	48.636	19.031
Comunicações	5.349	4.690	48.334	38.292
Manutenção e conservação de bens	3.266	1.322	6.370	16.061
Processamento de dados	28.102	25.229	48.870	47.181
Promoções e relações públicas	4.020	1.314	10.273	6.494
Propaganda e publicidade	1.288	23	24.810	3.366
Publicações	1.204	1.961	1.355	2.509
Serviços do sistema financeiro	27.519	4.433	87.304	60.768
Serviços de terceiros	1.488	1.489	9.198	33.619
Serviços técnicos especializados	48.888	17.855	233.214	96.393
Amortização	1.062	1.203	6.641	7.434
Depreciação	3.320	2.025	6.858	5.662
Transportes	2.147	595	9.977	5.936
Viagens	2.809	2.124	17.639	15.632
Emolumentos Judiciais	-	3.093	60.908	39.814
Outras	7.957	5.917	71.211	57.596
Total	155.996	82.947	691.598	455.788

33 Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pis	4.110	5.270	26.915	21.593
Cofins	25.434	32.635	167.534	134.328
Iss	6.622	3.482	27.418	16.978
Outros	3.292	411	5.455	2.485
Total	39.458	41.798	227.322	175.384

34 Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ressarcimento de custos associados à operação de crédito	-	-	802.934	389.061
Recuperação de encargos e despesas	218	100	10.015	95.286
Atualização monetária de ativos	817	346	2.202	1.291
Reversão de provisões operacionais	334	51	493	1.982
Varição cambial no exterior	22.971	-	24.167	-
Outras receitas	-	29.114	28.955	40.944
Total	24.340	29.611	868.766	528.564

35 Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Atualização monetária de passivos	13.944	18.779	35.642	37.445
Varição cambial de investimentos exterior	-	193.028	-	193.746
Comissões por intermediação de operações	2.535	20.822	855.095	709.108
Provisão para passivos contingentes	5	2.019	27.520	17.355
Acordo comercial - lojistas	-	-	251.975	73.792
Descontos concedidos em oper. crédito	106	-	117.525	155.871
Outras	1.637	-	34.149	107.879
Total	18.227	234.648	1.321.906	1.295.196

36 Imposto de renda e contribuição social

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	587.870	518.632	890.145	670.647
Encargos à alíquota nominal vigente	(235.148)	(207.452)	(356.058)	(268.259)
Exclusões/(adições)	238.897	164.635	38.801	51.928
Participações no lucro	-	15.862	-	53.630
Prejuízo fiscal IR e Base negativa CS	110	18.355	(202.792)	(93.796)
Equivalência patrimonial	118.352	85.062	-	-
Juros sobre capital próprio	-	100.000	-	100.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.585)	(28.458)	(149.856)	(212.538)
Ajuste a mercado de derivativos	60.080	(5.726)	53.455	(8.181)
Ajuste a mercado de TVM	3.705	(27.660)	609	29.854
Ajuste a mercado de operação de crédito	852	83.347	30.301	153.316
Derivativos - Lei nº 11.051	14.966	14.342	14.268	1.870
Provisão para passivos contingentes	-	(793)	(10.965)	(6.376)
Superveniência de depreciação	-	-	217.215	126.716
Outros	44.417	(89.696)	86.566	(92.567)
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.749	(42.817)	(317.257)	(216.331)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(45.966)	(35.619)	(284.668)	(229.480)
Imposto de renda e contribuição social total	(42.217)	(78.436)	(601.925)	(445.811)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Adições/(exclusões)				
Ajuste a mercado de TVM	-	27.660	4.665	29.869
Ajuste a mercado de derivativo	(60.080)	5.726	(53.783)	6.341
Ajuste a mercado de operação de crédito	(852)	(83.347)	(30.301)	(153.316)
Derivativos - Lei nº 11.051	14.966	14.342	14.966	14.342
Superveniência de depreciação	-	-	(217.215)	(126.716)
Outros	-	-	(3.000)	-
Total	(45.966)	(35.619)	(284.668)	(229.480)

Crédito tributário

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Adições/(exclusões)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.585	28.458	149.856	212.538
Prejuízo fiscal IR e base negativa CS	(110)	(18.355)	202.792	93.796
Ajuste a mercado de TVM	3.705	-	4.056	(15)
Ajuste a mercado de derivativo	-	-	328	1.840
Provisão para passivos contingentes	-	793	10.965	6.376
Provisão para participação nos lucros	-	(15.862)	-	(53.630)
Derivativos - Lei nº 11.051	-	-	(698)	(16.212)
Outros	237	-	5.917	9.939
Total	7.417	(4.966)	373.216	254.632

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ativo (Outros créditos - diversos)				
Saldo inicial	575.317	387.862	1.788.321	1.382.681
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.585)	(28.458)	(149.856)	(212.538)
Prejuízo fiscal IR e base negativa CS	110	18.355	202.792	93.796
Ajuste a mercado de TVM	(3.705)	-	4.056	(15)
Ajuste a mercado de operação de crédito	-	-	-	(364.851)
Ajuste a mercado de derivativo	-	-	328	1.840
Provisão para passivos contingentes	-	793	10.965	6.376
Provisão para Participação nos lucros	-	15.862	-	(53.630)
Derivativos - Lei nº 11.051	-	-	(698)	(16.212)
Outros	(9.471)	3.931	(18.154)	9.939
Saldo final	558.666			

e. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, o Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº. 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, incluso no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 30 de junho de 2010, o saldo do programa é de R\$ 6.106. O Banco está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

39 Outras informações

- Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.
- Não existe benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Marcelo Rosas Betine

Contador - 1 PR044644/O-6 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A., órgão estatutário constituído em 03 de Junho de 2004, em conformidade com a Resolução nº 3.198 do Banco Central do Brasil ("Banco Central"), foi devidamente aprovado pela referida autarquia em 28 de Junho de 2004. Em 08 de dezembro de 2009, teve sua composição alterada e aprovada pelo Banco Central, passando a ser composto por 4 membros efetivos e 2 suplentes, dos quais 2 membros efetivos e um suplente são executivos do Banco Votorantim S.A.. Este Comitê segue as determinações estabelecidas na regulamentação do Banco Central, no Estatuto Social do Banco Votorantim e em Regimento Interno vigente e aprovado pelo Conselho de Administração.

A Administração tem a responsabilidade pela gestão das atividades operacionais, pelo gerenciamento de riscos, controles e processos, bem como pela elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Banco Votorantim S.A. e de suas controladas, emitindo parecer a respeito das posições patrimoniais e financeiras e sua conformidade com os princípios contábeis, legislações societárias e normas regulamentares.

A PriceWaterhouse Coopers é a empresa responsável pelo exame das demonstrações financeiras dos Fundos de Investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., empresa controlada pelo Banco Votorantim S.A..

Atividades do Comitê

Durante o primeiro semestre de 2010, o Comitê de Auditoria coordenou determinadas atividades com o objetivo de avaliar os controles internos, os resultados dos trabalhos das auditorias interna e externa, bem como o processo de revisão das demonstrações financeiras. Durante este semestre foram realizadas seis (6) reuniões com a participação das Gerências de Auditoria Interna e Externa. Os resultados das discussões referentes aos principais assuntos das reuniões foram devidamente formalizados e, em conjunto com os respectivos planos de ação direcionados às Vice-Presidências e Diretores responsáveis. Em complemento às atividades do semestre foi realizada uma reunião com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As atividades do Comitê de Auditoria são fundamentadas nos relatórios emitidos pelas Auditorias Interna e Externa, bem como pela área de Controles Internos.

Ao longo do primeiro semestre de 2010, o Comitê de Auditoria efetuou as seguintes atividades:

- Revisou as demonstrações financeiras do período findo de 30 de junho de 2010 e as discutiu com os respectivos Auditores Independentes;

- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco Votorantim S.A. e de suas controladas;
- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes, empresa responsável pela emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras dos Fundos de Investimento administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.;
- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela Auditoria Interna e referendou os principais assuntos aos administradores; e
- Analísou os principais assuntos destacados pelas auditorias interna e externa relacionados aos controles internos e referendou melhorias a fim de mitigar os riscos.

Auditoria Interna

Os trabalhos da Auditoria Interna foram reportados na íntegra ao Comitê de Auditoria e serviram de base para as devidas avaliações dos riscos, dos controles internos e dos sistemas de gestão.

O Comitê de Auditoria avalia de forma positiva e adequada as atividades efetuadas pela Auditoria Interna, tendo destaque a evolução dos controles dos pontos de auditoria interna em relação aos auditados.

Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de revisão das demonstrações financeiras e ao final realizou uma reunião com o Auditor Independente responsável, quando tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras dos semestres findos em junho de 2010 e junho de 2009, dando-se por satisfeito com as informações prestadas.

Ouvidoria

O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos da auditoria interna, avaliou as atividades efetuadas pela ouvidoria do Banco Votorantim, não identificando pontos relevantes a serem destacados.

Conclusão:

Com base no resultado dos trabalhos efetuados, o Comitê de Auditoria avalia como adequada a qualidade das atividades de Auditoria Interna, a estruturação e eficácia dos Controles Internos, a qualidade e independência dos processos e relatórios da Auditoria Externa e a exatidão das Demonstrações Financeiras referentes ao período findo de 30 de junho de 2010.

São Paulo, 12 de agosto de 2010

Antonio Carlos Correia

Marcelo Parente Vives

Mario Antonio Thomazi

Rolf Von Paraski

DIRETORIA**Diretor Presidente:** Wilson Masao Kuzuhara**Vice-Presidente:** Milton Roberto Pereira**Vice-Presidente:** Walter Guilherme Piacsek Junior**Diretores:** Vivaldo M. Costa da Silva Sílvio Alfredo Frugolli
José Manoel Lobato Barletta Marcelo Parente Vives
Pedro Paulo Mollo Neto Laércio Goulart Paiva Junior
Mario Antonio Thomazi Carlos Montone
Celso Marques de Oliveira
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**
José Ermírio de Moraes Neto
Vice Presidente
Aldemir BendineMarcus Olyntho de Camargo Arruda
Wilson Masao Kuzuhara
Paulo Rogério Caffarelli
Ivan de Souza Monteiro**CONSELHO FISCAL****Presidente**
Pedro Carlos de Mello
Vice Presidente
João Batista Donizete de Souza**Membros Efetivos:**
Antonio Joaquim Ferreira Custódio
Daniel André Stieler**Membros Suplentes:**
Alexandre Ronald de Almeida Cardoso
Eduardo Alberto Schibuola
Paulo Antonio Baraldi
José Luiz Gimenes Caiafa**COMITÊ DE AUDITORIA****Membros Efetivos:**
Mario Antonio Thomazi
Marcelo Parente Vives
Rolf Von Paraski
Antonio Carlos Correia**Membros Suplentes:**
Milton Roberto Pereira
Ardêmio João Brixner**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Votorantim S.A.

São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Votorantim S.A. ("Banco") e os balanços patrimoniais consolidados desse Banco e suas controladas ("Consolidado"), levantados em 30 de junho de 2010 e 2009 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no

Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada desse Banco e suas controladas em 30 de junho de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas

operações, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2010

**KPMG Auditores Independentes**
CRC 2SP014428/O-6**Zenko Nakassato**
Contador CRC 1SP160769/O-0**Luciana Liberal Sâmia**
Contadora CRC 1SP198502/O-0